



FL. Nº  
**Anexo – notas taquigráficas**  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE

**PRESIDENTE: REGINALDO TRIPOLI**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 13-11-18

---

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – Bom dia a todos, com um pouco de atraso vamos iniciar os nossos trabalhos na Comissão Extraordinária de Meio Ambiente. Há um protocolo que eu devo seguir. Audiência Pública 13/11/2018. Auditório Prestes Maia. Declaro abertos os trabalhos desta audiência pública, Comissão Extraordinária Permanente de Meio Ambiente. Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo: [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), link Auditórios On-Line.

A pauta da reunião é a economia circular, muito mais que um canudinho. Agradeço ao nobre Vereador Fabio Riva, meu companheiro e um grande aliado na questão ambiental. Gostaria de agradecer a presença dos palestrantes que vão estar aqui hoje e tivemos um imprevisto, o Sr. Miguel Bahiense, Presidente do Plastivida Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos, teve um imprevisto e não pode comparecer, mas pediu para a representante Silvia Rolim, Assessora Técnica da Plastivida, representá-lo. Então agradeço muito a presença e peço que venha sentar com a gente na mesa.

Agradeço a presença do Sr. Flávio Ribeiro, Doutor em Ciência Ambiental e Gerente do Departamento de Resíduos Sólidos da Cetesb. Fábio Ribeiro é o responsável pela formalização dos termos de compromisso entre Governo do Estado e Setores Econômicos. Gostaria também de agradecer a presença do Sr. Monty Dahan, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Amlurb, Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, e que tem uma posição na Cidade muito importante. A Amlurb está muito empenhada, sou testemunha do avanço ambiental na questão dos resíduos.

Gostaria também de agradecer muito a presença do Chicky Sousa, que é um líder rebelde, como é chamado, com a sua genialidade está trazendo para a cidade de São Paulo algumas inovações na área. O Chicky é fundador e CEO da Plataforma Verde, a primeira *startup* brasileira a ser reconhecida como líder tecnológica global pelo Fórum Econômico Mundial.

Gostaria de agradecer às Sras. Catarina Rossi; Cristina Helena Pinheiro; Márcia Metran, da Amlurb; aos Srs. João Malavolta - meu amigo João veio do litoral para cá -, do Instituto Ecosurf e faz um trabalho incrível no litoral de São Paulo; Fernando Costa Netto, meu grande amigo de muitos anos, da DOC Galeria, está aqui presente; Elieder Mendes de Araújo; William Gerst - desculpe-me a pronúncia, não sei se está correto -, da Plataforma Verde; Juliana de Andrade, da Pepsico do Brasil; Camilo Terranova, da Impacto Energia; Paula Paris, da AB Plast; Alberto Lira, da Associação Nacional de Restaurantes; Rafael Gervesian Klinger, Green Lair Gestão Ambiental; João Carlos de Godoy Moreira, da Eco; Júlio Ribeiro, do Sindipan; Ricardo Neves de Oliveira, do Sinproquim; Nina Rosa, Instituto Nina Rosa. Que prazer tê-la aqui. Essa é uma grande batalhadora e influenciadora da questão da proteção animal em nossa cidade e em nosso País.

Agradeço a presença de todos.

Vou falar um pouquinho da dinâmica desta audiência, para que possamos nos organizar. Não temos muito tempo. Teríamos das 11 às 13h. Alguns Vereadores ainda estão chegando. A nobre Vereadora Soninha Francine, que atua muito na área, está na Assembleia Legislativa, em um evento, também ambiental, e está correndo para cá.

Teremos a fala dos nossos convidados. Depois, vamos abrir o microfone para Vereadores e público. Quem quiser expor a sua fala, por favor, vá à Mesa e se inscreva, para que possamos ter uma ordem e uma organização, a fim de que todos possam participar da audiência.

Deixo todos à vontade, da Mesa principalmente, que queiram interceder, falar e colaborar, porque a nossa missão, hoje, é tentar criar soluções para que a cidade de São Paulo tenha menos lixo e não sigamos o caminho que o planeta está seguindo, que é o da poluição dos mares, a poluição dos rios, de uma forma que ainda não atingiu a nossa casa, mas em breve isso acontecerá se não tivermos mudanças de hábito e de reorganização do serviço público e do setor privado junto à população.

No dia 5 de junho deste ano, no Dia Mundial do Meio Ambiente, estivemos aqui para conhecer mais a fundo a crise do plástico no planeta. Estamos caminhando para o maior desastre ambiental, colocando em risco a fauna, a água e a nossa própria existência.

Pois bem, na ocasião, com as presenças de Fernando Adauto, da ONU Meio Ambiente; João Malavolta, da Ecosurf; Paulina Chamorro, da *National Geographic*; e Dra. Leandra Gonçalves, do Instituto Oceanográfico da USP, apresentei o PL 99/18, de minha autoria, para banir o canudinho plástico em estabelecimentos comerciais, na capital gastronômica do País, nossa São Paulo. Foi tão bem aceito que recebeu o apoio de 45 Vereadores, hoje coautores do próprio projeto. Logo, esse projeto já não é mais um projeto meu. É um projeto de praticamente 90% dos Vereadores da Cidade. Agradeço a cada um que acreditou nessa iniciativa.

Lancei, também, o movimento Último Canudo, um manifesto que já tinha grande força fora do País e que agora, também, é forte aqui no Brasil. Um movimento para a sociedade civil, um instrumento de educação ambiental. Queremos incentivar a revolução de hábitos, não apenas com leis, mas com consciência e atitude.

O canudinho é o símbolo da urgência dessa mudança. Não é mais possível utilizar algo por cinco minutos sendo que aquilo ficará eterno por aí, causando esse desastre ambiental. O canudinho representa o plástico de uso único, o copinho, o pratinho, o garfinho, o mexedor de café e agora, há pouco tempo, inventaram, se não me engano, no Rio de Janeiro, o pegador de pipoca: mais um produto para que tenhamos que nos preocupar.

O Rio de Janeiro foi o primeiro Município do Brasil a aprovar a lei para banir o canudinho. A lei já está em vigor e gerou uma grande polêmica, por não terem preparado a cidade para receber a lei. O mercado não estava adaptado para isso e esse projeto não tem volta, essa lei não tem volta. Então, terão de se adaptar ao longo do período. Parece-me até que, no Rio de Janeiro, existe uma proposta para alongar o período da determinação da lei para que possam as empresas e usuários se adaptar. Esse período é a conhecida *vacatio*

*legis.*

Hoje, nesta audiência, a ideia é apresentar soluções para essa crise. Desde a última audiência, estamos trabalhando junto aos setores privado e público e à sociedade civil, e chegamos a um momento em que precisamos tomar decisões do que iremos fazer, do que a Cidade pode fazer para colaborar com esse problema.

Em 2005, uma velejadora britânica de 29 anos, quebrou o recorde mundial de velocidade, dando a volta ao mundo com um veleirinho, sozinha. Foram 71 dias, sozinha, dentro de um barquinho. Foi aí que ela percebeu o real significado do finito. Aquilo que ela tinha no barco era tudo e não tinha o “jogar fora”. “Jogar fora” para onde? Não existia como jogar fora nada de dentro daquele veleiro. Em terra, a velejadora compreendeu que a nossa economia linear, que era extrair, consumir e descartar, era totalmente dependente de recursos finitos. Foi então que Ellen MacArthur teve o *insight* da economia circular, baseada em três princípios: não gerar resíduos, prolongar o ciclo de vida dos materiais e regenerar os sistemas naturais. Logo em seguida, ela criou a fundação que leva o seu nome.

São Paulo é o nosso veleiro. Não temos essa dimensão, mas quando trazemos essa fala para a nossa vida, a nossa casa é o nosso bairro e a nossa cidade é o nosso veleiro. E estamos jogando lixo pela janela, todos nós. Eu me incluo, todos nós nos incluímos. Estamos aqui muito para juntos tentarmos criar soluções, e não para acusar ou entrar em embate. O País, aliás, já vem vindo em embates que são muito prejudiciais à sociedade, no sentido de relação. E a nossa intenção aqui, na Câmara Municipal, não é um combate, um confronto. É trazer os setores para junto, para pensarmos juntos o que fazer para melhorarmos a qualidade de vida do cidadão, dos nossos filhos, dos nossos netos. Porque, se continuar do jeito que está, não estaremos aqui para ver, mas vão ter problemas enormes no planeta com essa situação.

Para explicar o conceito de economia circular, conversamos com Luísa Santiago, a liderança da Fundação Ellen MacArthur no Brasil. Ela está no Chile, trabalhando em um projeto

ambiental, mas mandou um vídeo especialmente para nós, aqui, nesta audiência. Eu gostaria que vocês tivessem paciência. São seis minutos para assistirmos. É um vídeo médio para iniciarmos os nossos trabalhos. Agradeço à Luísa, por ter nos mandado esse vídeo.

- Apresentação audiovisual.

“Olá. Muito obrigada pelo convite para participar desta audiência tão importante.

Eu sou Luísa Santiago. Eu lidero a Ellen MacArthur Foundation Brasil na América Latina.

A Ellen MacArthur Foundation é organização que trabalha com a missão de acelerar a transição para uma economia circular. Começamos a trabalhar em 2010, com o lançamento da Fundação na Europa, e em 2015 viemos para o Brasil com o primeiro escritório fora da Europa a implementar um programa estruturado com a ideia da economia circular no Brasil. O tema ganhou uma relevância muito grande, não à toa. Hoje estamos aqui reunidos, vocês aí reunidos para tratar desse tema.

Ao longo da história a gente vem trabalhando com vários programas, sempre olhando como é que podemos trazer para a prática a ideia de uma economia circular. Um programa muito importante que a gente lançou em 2016 é o que a gente chama de *A Nova Economia do Plástico*. Foi resultado de um esforço muito grande dentro um projeto com o Fórum Econômico Mundial, em que envolvemos, durante três anos, atores de toda a cadeia do plástico, para fazer um entendimento do que é o problema de uma economia linear do plástico, e como a gente poderia mover em direção a uma economia circular do plástico que funcionasse no longo prazo.

Ali calculamos e entendemos que grande parte do plástico que hoje é colocado no sistema, na economia, é perdida para o ambiente muito rapidamente ou em um tempo um pouco maior, mas muita coisa vai parar nos oceanos. Cerca de 80 a 120 bilhões de dólares são perdidos todos os anos dentro da economia do plástico em um modelo linear. Se a gente continuar nessa trajetória extremamente linear, com todas as tendências de crescimento de

uso do plástico que tem até aqui, até 2050 vai ter mais plástico do que peixe nos oceanos, em volume. Isso é muito alarmante.

Um grupo de cerca de 14 grandes empresas se comprometeram, por exemplo, a até 2025 ter 100% de suas embalagens reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis. Essa ambição se tornou tão importante, porque esse é um grupo muito expressivo, tem empresas como Unilever, Coca Cola, Danone, L'Oréal, Mars, Pepsico, empresas que colocam produtos todos os dias no mundo, dentro dessa economia, em embalagens plásticas.

A gente entendeu que esse *momentum* que foi criado precisava ultrapassar os limites desse grupo. Dessa forma a gente criou, em parceria e em colaboração com a ONU Meio Ambiente, neste ano, o que a gente chama de compromisso global para uma nova economia do plástico. Esse compromisso foi lançado na semana passada, dia 29 de outubro, em Bali, na Conferência Our Ocean, e foi lançado com um grupo de mais de 250 signatários, dentre eles empresas e governos, que se comprometem a colocar em prática uma visão ambiciosa e com o objetivo comum de eliminar o problema da poluição do plástico com ações muito concretas e mensuráveis, ou ao menos começar uma trajetória de redução drástica do problema da poluição por plástico.

Esse grupo de signatários com compromissos claros, empresas tendo compromissos claros dentro de seu uso de embalagens, governos tendo compromissos claros nas suas metas em relação aos plásticos e políticas públicas, também endossados por outras grandes organizações no mundo todo, como The Consumer Goods Forum, como o próprio Fórum Econômico Mundial e a WWF; esses signatários se comprometem de fato, publicamente, a concordar com aquela mesma meta com que o grupo original se comprometeu, de 100% de embalagens reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis até 2025. Obviamente vai ter uma mudança de maturidade entre empresas, entre organizações, que vai fazer com que algumas alcancem essa meta antes, mas até 2025 é a meta comum de todos.

Além disso, eles têm compromissos diversos em torno das ideias de, por um lado,

em princípio, eliminar os plásticos que são desnecessários na economia. Ou seja, a gente entende que os plásticos têm uma utilidade enorme, e são absolutamente necessários. A gente não pretende banir os plásticos da economia. Eles são hoje parte de grandes aplicações importantes nas áreas médicas, na própria área de alimentos e bebidas, na área de recursos ligados a mobilidade, dentre outras. Então, a ideia não é eliminar o plástico, mas existem plásticos que são desnecessários na nossa economia, em geral aqueles de uso único, que tem uma vida muito curta agregando valor e que logo se tornam poluição no ambiente. Então, eliminar esses plásticos é um dos princípios comuns desse grupo de signatários. Além disso, inovar para que todo plástico colocado na economia seja de fato potencialmente 100% reutilizável, reciclável ou compostável.

Por fim, circular as aplicações; uma ideia de circular de fato tudo o que tem plástico para que esse plástico seja mantido na economia e fora do ambiente. Esse compromisso global é um divisor de águas porque, de fato, traz a questão do problema do plástico, da poluição do plástico não com uma visão de mitigação do problema depois que ele já aconteceu, mas sim através de um olhar sobre a origem do problema. Por isso, é tão importante o envolvimento das grandes empresas, das que estão de fato sendo parte do problema, porque elas também vão ser parte dessa solução; e também de Governos que vão colocar as regras do jogo adequadas para que esse compromisso seja de fato efetivamente alcançado.

Então, eu convido as organizações, as pessoas que estão nesse encontro a de fato entrarem no *site*, buscarem informações sobre o compromisso global. O *site* é <https://newplasticseconomy.org/> - imagino que o pessoal da produção do evento possa depois divulgar o *site* melhor para todo mundo anotar -, e sugiro que vejam o potencial de suas organizações, empresas e do próprio Governo da cidade de São Paulo se unirem a esse esforço, que hoje já é global e vai, com certeza, ser um divisor de águas na questão do plástico no mundo.



Muito obrigada, e bom encontro para vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – Conforme vocês puderam ver no vídeo da Luísa, é um momento muito importante, delicado do Planeta para todos. Acho que estamos um pouco atrasados, pois escuto essa discussão ambiental na minha casa desde que sou criança, por causa dos meus irmãos. Acho que a maioria aqui sabe do histórico político da minha família. Este é meu primeiro mandato na Casa como Vereador de São Paulo, e assumi esse compromisso. Sempre fui do setor privado, mas resolvi, em certo momento de minha vida, me doar às causas da proteção animal e ambiental. Senti um choque muito grande, porque trabalhei muito tempo em empresas como produtor de cinema, depois tive negócios, restaurantes, bares, academia de ginástica etc., e quando você tem suas coisas, você mesmo decide. Aqui, chegamos com a ideia de decisão. Você quer mudar o Planeta, quer fazer algo guiado pelo princípio que o levou a ser candidato e se eleger. Aí, tomamos um calmante. Estou aqui com um chá, não tomo mais café, senão vou ficar nervoso demais. Mas ao mesmo tempo em que encontro dificuldades, encontrei no Prefeito Bruno Covas e nos Vereadores da Câmara Municipal um apoio muito grande para a causa. Quero deixar isto muito bem explícito: que o Prefeito está aguardando essa nossa reunião, esperando que promovamos esses encontros e essas conversas para que, conjuntamente, possamos propor à Prefeitura de São Paulo alguma solução.

Quando estive na Amlurb para conversar – e nos juntamos para fazer algumas reuniões, o pessoal de meu gabinete com a Amlurb e outros órgãos -, percebemos que eles já estão fazendo, e muito. É que isso não é divulgado. Então, a intenção desta audiência é que preparemos um material para o Executivo por em prática. E o Prefeito Bruno Covas tem total sensibilidade em relação ao assunto e tem vontade de fazer. Então, entre aspas: vamos aproveitar este momento.

Abro a palavra aos convidados para que possam expor seus pontos de vista. Em seguida, se alguém quiser perguntar algo, saibam que estamos em uma audiência, mas é um

bate papo. Temos pouco tempo, mas podemos ter contribuições.

Passo a palavra à Silvia Rolim para a primeira apresentação.

**A SRA. SILVIA PIEDRAHILA ROLIM** – Assistindo ao vídeo da Patrícia, é impossível não ser simpático à causa, não olhar com bons olhos; é impossível, é inerente ao ser humano. Assim como olhar um mar cheio de resíduos e se espantar, também é impossível não ser coerente com isso. Por outro lado, há formas e formas de se fazer o mesmo, de se chegar aos mesmos resultados. Eu não acredito que banimento de nenhum produto – e agora verdadeiramente não estou falando de plástico, não estou falando de nenhum produto – seja a solução. A redução drástica, sim. Eliminar o consumo excessivo de todo e qualquer material, sim; todo e qualquer material, não só plástico. Qualquer material que usemos em excesso não pode.

— Não poderíamos ter... Ter, não, porque a gente não tem. Não poderíamos viver em uma sociedade que troca dois, três celulares em um intervalo de dois anos, um ano. Isso não tem nada a ver com plástico, tem a ver com atitude, com educação ambiental, com consciência, com *modus operandi* da sociedade, com capitalismo, com movimentos da economia. Estamos focando no canudinho, eu sei. Verdadeiramente, Vereador, eu o parabeno pela iniciativa, pelo assunto e por como quer que seja abordado; ou seja, é muito mais do que um canudinho. É mesmo; verdadeiramente, é muito mais do que um canudinho. Não é o canudinho. Vamos eliminar o canudinho, extinguir da humanidade o canudinho, e caímos no mesmo problema. Então, não é banimento, mas educando, reduzindo drasticamente.

Concordo, sim, com que devemos reduzir muito o uso de descartáveis de uso único de plástico ou de qualquer outro material de uso único. Não é porque é plástico, mas é porque é de uso único. Mas se vamos para os extremos, causamos uma migração de problemas ambientais. *O.k.*, vamos lavar toda a louça; mas se estamos em estádios, vamos beber onde? Tem que ser em descartáveis, mas temos de garantir que se a gente usar esses utensílios –

seja de que material for – de uso único, que a gente os destine corretamente, que a gente vai reinseri-los no ciclo produtivo. Se alguma pessoa verdadeiramente precisar de um canudinho, use; mas se precisar verdadeiramente. Mas depois de usar, que o descarte para a reciclagem. Já conversamos sobre essa questão com um vendedor de coco da praia: “O que eu vou fazer para vender o coco?”. Então, vai ser copinho plástico? Vai substituir canudinho por copinho? Não é legal; ou seja, estamos na mesma. “Então, você vai entregar o coco para o seu cliente e vai dizer assim: ‘Se você me trazer o canudinho de volta, eu te cobro um real a mais agora e te devolvo esse 1 real depois. Aí, o vendedor de coco fala assim: “Ah, não, mas o cara vai achar que eu estou querendo reutilizar os canudinhos”. Eu digo: “Não, você destrói na frente dele, você arrebenta o canudinho na frente dele e você junta os canudinhos e devolve para a reciclagem”. Estou falando no sentido de que quando a gente parte para o banimento de um material, a gente tende sempre a infringir determinados setores da economia que geram empregos, que geram renda, que movimentam a economia sim. Agora é isso que a gente precisa? Não. Acho que a gente precisa se reeducar para dizer sempre: “Não quero canudo”. Eu acho que os restaurantes deveriam ser obrigados a nunca oferecer, ter só sobre demanda e, ainda por cima, alertar o consumidor: “Você tem certeza? Você quer? Você precisa mesmo? Nós lavamos bem os copos”.

Então é uma questão de educação ambiental, de conscientização. Vocês já pararam para pensar que o segundo item mais encontrado nas praias é bituca de cigarro. Mas ninguém pensa em banir cigarro, claro que não, imagina. E a bituca de cigarro é extremamente nociva, ninguém pensa nisso. Mas não estou falando contra o cigarro, gente. Estou falando que precisamos de educação. Como alguém pensa em jogar uma bituca de cigarro na praia? Do mesmo jeito, como alguém pensa em jogar um canudinho na praia?

Suponhamos que não houvesse bituca de cigarro na praia. Mas tem bituca de cigarro na cidade. Nós precisamos de gestão de resíduos eficiente; nós precisamos de redução completa do excesso de consumo, de tudo aquilo que não é verdadeiramente necessário. E

nós precisamos garantir que aquilo que usamos será colocado para a reciclagem.

Se a gente for fazer todas as festinhas de aniversário com copinhos de vidro, ok. Mas nós vamos gastar muito mais água potável, e também temos um problema muito sério de falta de água potável no futuro, e não num futuro tão longínquo. Então, tudo tem de ser no bom senso e no meio termo. E vocês podem dizer: “Ah, mas assim a gente não vai consertar realmente, assim pondo panos quentes”. Mas nós vivemos numa sociedade, nós temos uma indústria que gera emprego e renda, que movimenta a economia, nós temos a real necessidade de alguns produtos, e nós temos também a necessidade de reduzir o resíduo que geramos.

Embalagens plásticas, de forma geral, ajudam muito na redução do desperdício por perda de alimentos no seu transporte e comercialização. Mas, claro, quanto mais você aumenta a embalagem, a distribuição, a disponibilidade de alimentos para a população, você está aumentando o consumo de embalagem. “Ah, mas então o plástico é uma porcaria. Temos que reduzir”. Então, a gente tem que ter um pouco mais de cuidado de como olhar para isso. Eu acho que, antes de tudo, a conscientização da população sobre o consumo em excesso de qualquer coisa: de celular, de cigarro, de tudo, é negativo para o meio ambiente. E não adianta tratar só de um assunto ou de outro, tem de tratar com educação ambiental, com redução do consumo excessivo de tudo, não especificamente de plástico.

Quando se fala em economia circular, logo se fala de plástico. Mas a economia circular, por exemplo, se você pegar uma tonelada de plástico que foi embalagem e fazer óleo diesel disso para usar como combustível, ela não considera isso como reinserção no ciclo produtivo; e acredito que isso seja sim, porque quando você usa um combustível que foi feito a partir de um plástico que cumpriu a sua função, que foi descartado e destinado corretamente para se obter matéria prima para um outro produto, ou transformá-lo em combustível, você está reinserindo ele no ciclo produtivo, porque está deixando de consumir combustível de outra fonte.

Essa é a posição da Plastivida. Acho que vale muito a discussão, agradeço a oportunidade de estar aqui e poder participar deste debate.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – Muito obrigado, Sílvia, pela sua contribuição. Sobre a bituca de cigarro, a gente já está estudando isso na Câmara, porque será a próxima atitude da gente.

As mudanças de hábito precisam acontecer, tanto do cidadão, quanto da indústria. A indústria também tem de mudar os hábitos. E não adianta a gente apontar outros poluidores ou outros problemas e não trazer uma solução. Então eu gostaria que a gente continuasse essa conversa fora da audiência e que vocês tragam soluções, alguma ideia, para que a gente possa contribuir para todo esse processo.

Temos que reduzir todo o lixo, não só o plástico, nem só o canudo. Temos que diminuir o lixo em aterros. E a gente não sabe o valor que tem o nosso lixo. Entendo que é um processo enorme, complexo, mas a gente está aqui para isso. Então, a ideia é que a gente encontre uma solução, para que nem o cidadão, nem as empresas, nem o poder público, tenha problemas.

A minha primeira ideia não era o projeto dos canudos, falei isso para todo mundo, mas se eu não tivesse apresentado o projeto, a gente não estaria aqui hoje. Então, é o único jeito que a gente tem de forçar uma conversa e estimular. Hoje se vê que alguns bares já não estão mais servindo canudo, porque o assunto já se dissipou e já estão tomando atitudes. Tenho amigos, parentes, que já estão questionando o uso de canudos. O canudinho, coitado, virou o foco.

Eu gostaria de agradecer muito, e que a gente continue essa conversa. É importante que todos participem porque, no futuro, todos nós seremos penalizados se não mudarmos os hábitos dos cidadãos, das empresas e do Poder Executivo.

Tem a palavra o Sr. Flávio Ribeiro, do Departamento de Resíduos Sólidos da

Cetesb.

**O SR. FLÁVIO RIBEIRO** – Bom dia a todos. Na pessoa do Vereador Tripoli, gostaria de saudar meus colegas de Mesa, todos que nos assistem tanto presencialmente, quanto pelas redes.

Trago saudações do Secretário Estadual Eduardo Trani e do Presidente da Cetesb Carlos Roberto dos Santos. É um prazer especial participar de um evento como este, até porque o ambiente é muito propício, temos grandes esperanças pelo que é feito nesta Casa, que não é à toa que se chama Câmara. Espero que o que ocorra aqui repercuta, ressoe, pela sociedade.

Primeiro, vou falar um pouco de política de resíduos e contar sobre o que a gente tem feito. Depois, farei uma breve menção ao contexto de como isso entra com a economia circular. Por fim, a pedido, darei três sugestões do que a gente acha que poderia ser feito conceitualmente.

É importante dizer que para nós, no Governo do Estado, o atendimento à política nacional de resíduos se dá pela política estadual de resíduos. A gente se esquece de que existe a política estadual, mas é importante que isso seja lembrado, até porque ela está em revisão. Os Deputados eleitos devem assumir em fevereiro, temos uma expectativa muito grande de que volte a discussão da política estadual, porque acreditamos que a lei que estabelece a política estadual de resíduos precisa ser revista para incorporar diferenças que surgem com a nacional, harmonizando a legislação, e também é uma oportunidade de incluir questões que a gente considera importantes para a sociedade. Então, assim que isso for possível, sugiro a todos que participem dentro do processo democrático de construção desse marco legal.

Além disso, também é muito importante a gente perceber que São Paulo tem uma situação bastante diferente do resto do País, em termos do gerenciamento de resíduos. Não ousou dizer que a gente não tenha lixo, até porque basta alguém lançar um resíduo

inadvertidamente, de forma criminosa, onde não se deve, e isso já começa a virar um lixão. É um combate contínuo, e sempre vai existir esse combate à disposição irregular.

Hoje a gente entende que o desafio de São Paulo, mais do que combater lixão, é não precisar de aterro, é a gente diminuir a necessidade de aterrar recursos naturais, de atuar materiais recicláveis e, com isso, impedir que gerações futuras utilizem esses recursos naturais que já foram extraídos de forma reciclada ou até reutilizada, quando possível.

Dentro disso, a gente entende que a própria política de resíduos aponta caminhos muito claros. Basicamente três eu gostaria de destacar. Primeiro: Coleta seletiva com inclusão social de catadores e catadoras, que é uma prioridade muito clara e bem importante da política, que também reforça marcos legais anteriores, como a própria política de saneamento básico no País. Depois há a logística reversa, que eu vou falar um pouquinho mais sobre ela. Em terceiro lugar, há vários estímulos e responsabilidades que a lei traz e que, às vezes, são esquecidos, quanto à prevenção dos resíduos. Existem artigos específicos da lei que trazem obrigações para as empresas, quanto ao projeto de produtos e embalagens. Existem propostas ou possibilidades de instrumentos econômicos. Essas são questões que ainda não avançamos.

Então, também fica um convite aqui, seja o Legislativo Municipal, seja a sociedade como um todo, a iniciar uma discussão e, se possível, caminhar para propostas concretas de regulamentação de outros artigos da lei, como o 31, o 32 ou aqueles mais ao final da lei, que falam dos instrumentos econômicos, isenções tributárias, fiscais e estímulos, compras públicas sustentáveis, rotulagem ambiental e avaliação de ciclo de vida. A lista é longa e a gente fica só discutindo sempre os mesmos pontos, que são lixão, logística e coleta seletiva, e esquece que existem outros pontos importantes na lei.

Aí especificamente sobre a logística reversa, eu gostaria de me ater um pouco a isso, porque esse tem sido o nosso trabalho nos últimos oito anos. É até curioso. Vale aqui hoje oportunamente a menção, porque tudo isso começou com o ex-Secretário, que hoje é Prefeito da cidade de São Paulo, Sr. Bruno Covas. Acreditamos que S.Exa. tenha - talvez até

por isso - uma relação e um interesse muito grande em avançar com essa agenda, inclusive em parceria com o Governo do Estado; e nós estamos obviamente à disposição.

Em 2011, quando S.Exa. assumiu, foi recebida uma provocação, vamos chamar assim - do Governo Federal, da Ministra Izabella Teixeira, de que São Paulo avançasse na agenda da logística reversa, de forma mais rápida do que os outros Estados, porque o Governo Federal vinha encontrando muita dificuldade em avançar, como um todo, no País. É de se imaginar haver uma regra única que valha para todos os Estados da Federação, guardadas as diferenças econômicas, etnográficas, culturais e todas aquelas que a gente possa citar. É muito difícil. Então, era de esperar criar experiência, em São Paulo, para depois isso ser adaptado para o resto do País, em acordos federais, o que vem sendo feito desde então, não obstante, com diversas dificuldades.

Então, na época, qual foi a estratégia? “Vamos criar um programa”. A ideia era um horizonte de quinze anos, com três fases sucessivas, uma primeira, com experiências-piloto, que já foi terminada; uma segunda, onde nós estamos hoje, de regulamentação disso. Vou falar rapidamente. A gente tem usado licenciamento ambiental para tanto. Há uma terceira, de reconhecimento legislativo, que é o que eu me referi, no início, quando a gente fala de incorporar novas questões na política estadual de resíduos sólidos.

Para quem tiver interesse, nosso *site* tem todos os detalhes. Não vou me ater às peculiaridades. Há históricos, resultados, gráficos, cópias dos documentos, e a gente também está à disposição em caso de necessidade, mediante consulta.

O que é importante dizer é que nós, desde 2011, estabelecemos canais de diálogo. Por quatro anos, até 2014, o diálogo foi a única, exclusiva ferramenta para chegar onde nós chamamos de termos de compromisso de logística reversa. Os termos, diferentes dos acordos setoriais federais, não têm a pretensão de cobrir todo o universo de indústrias reguladas. Ele não pretende que, num acordo, se abarquem todas as indústrias. Ele vale apenas para quem assina o termo, embora haja um decreto mais recente do Governo Federal, que traz um pouco



de mudança em relação a isso, mas a nossa expectativa, no início, era trazer aquelas empresas, aqueles setores, aquelas entidades que já faziam ou queriam fazer o cumprimento legal, e combinar com eles como isso aconteceria em termos de prazo, metas, modelos, até para que nós, como Governo, adquiríssemos experiências suficientes para posteriormente regular a matéria. Isso foi feito por quatro anos. Envolveu em torno de dez mil empreendimentos no Estado de São Paulo. Nós assinamos quatorze termos de compromisso. Está tudo detalhado no *site* e foi um sucesso, na nossa opinião.

Em 2014, nós tivemos que fazer - como o pessoal fala hoje, o termo moderno - pivotando a nossa estratégia para uma segunda fase - para regulamentação, porque nós percebemos que a boa vontade chegou a uma saturação. Aquelas empresas que queriam fazer, que estavam dispostas, que se voluntariavam a fazer alguma coisa estavam escarceando. A gente tinha chegado a um limite. A partir de então era necessário o *enforcement*, era necessário que o Governo usasse o seu poder de convencimento, por outros instrumentos, um pouco mais coercitivos; e é isso que nós temos feito.

Então, nós publicamos uma resolução em 2015. Eu peço só que atentem ao prazo. Em 2011, começa o diálogo; em 2014, discutem a estratégia; e, em 2015, soltam uma resolução, dizendo que será regulamentada; e, em 2018, saiu uma decisão de diretoria, que ainda dá seis meses para propor um plano de quatro anos. Então, não há falta de telhado para gato subir, para pessoas dizerem que foi falta de aviso. Então, hoje nós estamos com prazo vencido; e 2.116 empresas aderiram aos planos de logística reversa, entregues à Cetesb. O *status* atual é que esses planos estão finalizando análise entre hoje, e esperamos que, até amanhã, véspera de feriado, a gente consiga dar retorno a todas as empresas ou entidades que apresentaram planos de logística reversa conosco e, com isso, passemos a convergir, num esforço de aprovar e acompanhar esses planos pelos próximos quatro anos. Isso é hoje condicionante de licença de operação para um conjunto grande de empreendimentos no Estado de São Paulo, e aí é claro que vai haver prazos e vai haver necessidades de

adequações, até porque nós também estamos aprendendo com essa estratégia. Eu não sei a familiaridade de cada um aqui com os trabalhos executivos num órgão ambiental, mas é uma coisa extremamente trabalhosa criar orientação para todas as agências, procedimentos de fiscalização e critérios para aprovação de documentos. Isso tudo está sendo feito.

Então, eu só queria dar essa satisfação aos senhores, como sociedade, de que, em breve, devemos ter novidades, inclusive com incorporação no documento da licença de exigências específicas de logística reversa no Estado de São Paulo.

Agora a gente começa a ter a necessidade de avançar com essa agenda, e os municípios são uma prioridade. Nós entendemos que existe uma necessidade de definirmos, como sociedade, qual é o papel que se espera do município dentro da logística reversa, e, como Governo do Estado, já adianto que nós entendemos três possibilidades a serem discutidas, que, caso a caso, podem ou não ir adiante. A primeira delas é o próprio papel do Governo, como parte do sistema, por exemplo, recebendo pontos de coleta em ecopontos ou outros próprios públicos, mas de sistemas que sejam arcados pela iniciativa privada, dentro do que estabelece a lei, na logística reversa. Uma segunda possibilidade é que isso seja incorporado, eventualmente até na forma legislativa, como determinação para fiscalização de empreendimentos, sob tutela do Poder Público Municipal. Refiro-me especificamente à concessão de alvará de funcionamento do varejo. Nós temos que começar a cobrar do varejo, para que cumpram seu papel da política. O problema é que isso não está sequer definido de forma categórica na lei. Então, já há municípios, no plural, legislando que, na concessão de alvará de funcionamento, seja exigido de um determinado tipo de empreendimento, numa determinada circunstância, que seja garantida a presença, sem ônus, de um ponto de coleta, em parceria com a indústria, importadores ou quem quer que mantenha os seus sistemas. O terceiro ponto é comunicação. Acho importante que a Prefeitura colabore aos esforços de comunicação, para que a informação de qualidade chegue ao cidadão.

Aí é importante ressaltar, já partindo para a economia circular, que esse é um

conceito novo, mas trata de questões que há muito tempo a gente já vem comentando.

Como a Sra. Sílvia mesmo colocou, a gente está falando de revisar hábitos de consumo, está falando de reduzir talvez embalagens, produtos de uso único, e também de criar alternativas que a própria sociedade vai ter que fornecer, de produtos mais adequados. Poderiam chamar de *eco designer*. Para isso também é importante que a gente pense nas estruturas adequadas.

Em outro dia, só para citar rapidamente um caso, um colega meu veio com um saquinho de lixo biodegradável e falou: “Olha que legal o que eu comprei”. Eu falei: “É legal. Você vai descartar onde? Você vai mandar para aterro biodegradável? Você vai mandar para cooperativa de catadores, biodegradável?” Qual é o sistema que está pronto para absorver um saco de lixo biodegradável? O que vai estar dentro dele? Isso precisa ser discutido e eventualmente ser regulamentado. Daí falo das minhas três sugestões para encerrar. Eu vou começar dizendo que talvez a grande mudança, na minha opinião - falo agora como pessoa física, que trabalha no Governo há dezesseis anos -, talvez, na minha opinião, a grande revolução seja garantir a continuidade. Eu digo isso porque a gente tem ótimos planos, a gente tem ótimos planejamentos e muita dificuldade de executar; e acho importante que a gente tenha coerência como sociedade, de cobrar, que aquilo que está em curso seja feito, e digo isso principalmente aqui, porque eu conheço o trabalho da Amlurb. Acho que muitas coisas muito boas estão sendo feitas e estão planejadas em São Paulo, e é importante assegurar que isso seja cumprido. Refiro-me aos pátios de compostagem e refiro-me ao apoio a cooperativa de catadores centrais semiautomáticas. São iniciativas que precisam ser asseguradas, até porque temos um plano de resíduos sólidos vigentes na Prefeitura. Pode ser revisto, pode ser melhorado, mas ele é vigente. Na minha opinião, deve ser cumprido, assim como o do Estado também. Quanto ao segundo ponto, acho um pouco mais de inovação. A gente pode caminhar para reconhecimento, apoio e fomento a negócios de uma economia circular. Estou falando de atração de investimento e estou falando de benefícios fiscais tributários. Por exemplo, há

municípios, no mundo, que isentam IPTU de brechó, de sebos e de oficinas de reparo de equipamentos. Talvez sejam pequenas coisas, mas, numa cidade, como São Paulo, com o nosso tamanho e a nossa proporção, isso permite o surgimento de uma economia criativa, colaborativa e que traga oportunidade de negócio, de investimento e de empreendimento para as pessoas, inclusive com políticas voltadas à redução dos plásticos ou eventualmente materiais de uso único.

Por fim, só lembro que, talvez na terceira sugestão, seja necessário fazer a lição de casa dentro de casa. A gente tem sérias dificuldades no Governo do Estado. Não estou dizendo que é fácil, mas eu convido a Prefeitura a também investir em políticas de compras públicas sustentáveis, em revisar padrões e estratégias de compra, aquisição e contratação de serviço. Um exemplo que eu conheço pessoalmente é da Secretaria da Educação aqui do município, que tem um programa muito interessante com a alimentação orgânica, que tem incentivo a pequenos produtores, e acho que são estratégias que podem ser compartilhadas, divulgadas e estendidas a outros setores.

Agradeço a oportunidade e só quero lembrar que a gente está sempre à disposição. Para nós, é um prazer colaborar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – A gente poderia ficar aqui horas escutando e abstraindo todas essas informações. Eu gostaria de aproveitar e agradecer a presença da minha amiga, Vereadora Soninha Francine, que estava num evento, na Assembleia. É uma das pessoas mais atuantes aqui na Câmara. Quando eu cheguei, para mim, é um exemplo de Vereadora. É uma pessoa que trabalha o dia todo. Por vinte e quatro horas, ela está com esse computador aberto. Ela está trabalhando no plenário, aqui e lá. Está sempre empenhada. Quando eu lhe fiz o convite para vir para a comissão, foi um prazer, porque S.Exa. atua muito na área do lixo, na área de serviços públicos. Já foi Secretária. Então, tem um conhecimento e agradeço muito a sua presença. Gostaria de agradecer

também a presença das Sras. Natasha Miyamoto, da Recicla Vertical; Raquel Lange, da Parangolé, uma empresa que já está atuando há muito tempo nessa área de economia reversa, tentando trabalhar com produtos recicláveis e Cristiane Lopes, de Pepsico.

Tem a palavra o Sr. Chicko Sousa, nosso líder rebelde e pediria, Chicko, que você rapidamente... Não quero me intrometer na tua fala, mas que você falasse o que criou para que as pessoas saibam por que você é rebelde.

**O SR. CHICKO SOUSA** – Não consigo ficar sentado, já é um primeiro ponto. Agradeço o Vereador Tripoli, a todos da Mesa pela presença, a quem também dedicou um pouco do seu tempo para vir aqui ao Centro de São Paulo e poder partilhar um pouco dessa atmosfera tão boa que é das cidades.

Só que as cidades são o final de tudo. Temos um país de dimensões continentais e a nossa densidade demográfica está nas cidades. E no caso específico da cidade de São Paulo, nós geramos 8% de todo lixo do Brasil aqui. O lixo é um problema de Saúde Pública, essa é a primeira questão. A segunda questão é a logística. O problema para a destinação, tudo o que estamos comentando, economia circular, gestão de resíduos é custo logístico. O custo logístico é muito alto no Brasil.

E depois questões ambientais e de atendimentos regulatórios. Acontece que vivemos num mundo muito maluco chamado Brasil. É um mundo, porque temos uma lei federal promulgada em 2010, com suas alterações para a política nacional de resíduos sólidos. Temos as legislações estaduais que tentam convergir com a lei federal. E temos cinco mil e quinhentos municípios que é o famoso *copy paste*. Pegam várias diferentes leis, copiam, colam e transformam.

Temos mais de 168 variações municipais de leis referentes à coleta de resíduos em municípios. Isso se transforma num pesadelo logístico de atendimento regulatório de custos para qualquer um.

Dizemos que claro, a empresa tem obrigação de saber o que fazer com o lixo dela,

mas às vezes não sabe, não tem esse conhecimento. Sabe que é dever, acredita que está atendendo esse dever e às vezes não está atendendo da forma como deveria ser.

E temos outro problema muito sério, quando falamos de lixo ninguém quer saber do lixo. Temos uma relação de asco com o descarte. Eu quero o produto, o consumo. Só que quando falamos em logística reversa estamos comentando muito sobre ações e tem de haver várias ações. Não existe solução única. Temos diferenças regionais, diferenças de materiais.

Concordo plenamente, o problema não é o plástico. O problema também não é o papel, ninguém comenta do papel. O problema não é o vidro, o alumínio, os não ferrosos e ferrosos. O problema é a forma do descarte e consumo.

Então no momento em que vimos toda essa dificuldade de entendimento das pessoas, percebemos que ninguém está vendo a cadeia como um todo. A questão não é só descarte. A questão é a extração. Como é extraído, quanto se perde na extração, no transporte. Para o alimento estar na mesa mais de 40% do que foi produzido se perdeu na cadeia.

Temos descartes muito maiores não só do consumo, mas em todo o processo logístico. Como produzir mais com menos, o que o Flávio comentou, rever o produto, redesenhá-lo, torná-lo mais leve. Um carro mais leve conseguiu ser leve a partir do plástico. E sendo mais leve a poluição atmosférica do veículo é menor. Sendo mais leve a distância que pode percorrer com um litro é maior.

Então tem de pensar o processo como um todo. E desenvolvemos um *softer* que chamamos de *blocking as serv.* Então é um *softer* como serviço que coloca toda a cadeia dentro do processo. Não só quem está descartando, mas quem gerou. Controlamos desde perda produtiva por linha de processo, por processo produtivo, produto e tipo de indústria. Uma indústria é completamente diferente da outra.

E aquilo que também foi comentado pelo Flávio, pelo varejo. A indústria da moda é uma das mais poluidoras do mundo e não imaginamos. Eu uso camisa com a manga por

reflexo, porque minha mãe comprava roupa para mim quando tinha oito anos e falava: tem de durar quatro anos, porque só tínhamos lá primavera, verão, outono e inverno. Hoje temos mais de 10 momentos de compra de estação no ano. A indústria da moda é uma das mais poluidoras do mundo, são 40 litros de água, um insumo extremamente importante, para poder tingir uma calça. Aí, você tem de buscar tecnologias, por exemplo, como o ozônio, por meio do qual você consegue fazer isso com um litro de água.

É água potável. Esse é outro ponto. O que utilizamos em processos produtivos é água potável. Não é outro tipo de água. Por quê? Porque você não pode ter elementos abrasivos no momento em que você vai tingir aquela calça, fora os abrasivos que eles definiram para dar esse tipo de sensação de desgaste nela. Mais do que isso está fugindo do controle de qualidade.

Entretanto, a indústria está errada? Não, o conceito da indústria é produzido porque nós temos demandas da sociedade de consumo, também. A questão é: como fazer esse consumo consciente? Então, desenvolvemos a Plataforma Verde. É um *software* muito focado na lógica do ente privado. Junto com a Amlurb, fomos fazendo o desenvolvimento por mais de um ano. Já são quase dois anos de desenvolvimento do *software* para rastreio e fiscalização do público. Percebemos, também, que muitas pessoas falam: “Ah, se eu não sou fiscalizado e o fiscal não vem aqui, eu não faço”.

Então, o motivo de tudo é a mudança comportamental. Esse é o primeiro ponto. Não é o comportamental, apenas, da indústria. Não é o comportamental, apenas, do varejo. É o comportamental do consumidor. A indústria está fazendo inúmeras ações excelentes. Falamos de redesenho de embalagens, redesenho de produtos, redesenho de processos, redesenho do modelo de negócio. É o produto como serviço. Inúmeras mudanças estão sendo feitas.

Quando criamos o *software* para rastreio de tudo isso, fomos chamados pelo *World Economic Forum*. Primeiramente, achamos que era trote. Não tem lógica chamarem uma

empresa do Brasil como solução para rastreio no mundo e para fazer parte de grupos de trabalho do *World Economic Forum*. Percebemos que essa questão de *lack of trust*, falta de confiança, é no mundo inteiro.

Quanto aos próximos acordos de Davos, hoje fazemos parte dos três grupos de trabalho que estão redigindo esses acordos e eles não estão falando mais no mundo sobre redução de poluição atmosférica. Falaremos, agora, de indicadores de produção mais limpa. Estamos falando de indicadores de redução de desperdício. Estamos falando de indicadores de reuso, de logística reversa, mas estamos falando de falta de confiança.

Por quê? Porque, antes, todos os *inputs* dos indicadores de poluição atmosférica eram autodeclaráveis e houve empresa que desenvolveu tecnologia para mentir sobre o *input*. Foi um *case* mundial. Assim, poxa, como é que eu vou confiar no *input* de uma empresa? Então, a nossa lógica, que desenvolvemos, é de que o *input* do descarte da produção não é uma empresa, porque há quem produz, há quem transporta, há quem gerencia, há quem transporta de novo, há quem trata – não importa se é reciclador. Pode desenvolver energia em processos de coprocessamento. Podem ser processos, mesmo, em aterro, que, infelizmente, é uma das soluções que tecnicamente ainda são viáveis, por custo para as empresas. Porém, todos têm de dar o *input*.

Então, quando há várias pessoas no mesmo elo de cadeia, em que eles ficam dando informações sobre como eles tratam o resíduo deles, se esse resíduo está atendendo à legislação, se todos os entes fazem parte dessa legislação, é muito difícil você cooptar um, no meio, para ele mentir, porque, se ele tenta mentir, todos os outros têm de dizer “sim” para aquela mentira – e no nosso processo, não.

Em um processo de *blockchain*, utilizando-se uma lógica financeira – o *blockchain*, na verdade, iniciou como uma tecnologia financeira – para a não financeira, o que nós chamamos de “*smart contracts*”, ela define que todo mundo tem de, realmente, sim, aí, nesse ponto, fazer o que a legislação falou: corresponsabilidade. Todos são corresponsabilizados em



um contrato inteligente sobre a destinação dos resíduos deles, para quem destinar e o que foi feito.

A lógica, com isso, é começarmos a eliminar inúmeros mitos que existem, porque estamos fazendo muita discussão de mitos. O lixo sempre foi presente em nossa vida. Nós nascemos gerando lixo e, quando morrermos, vamos passar por um processo de destinação, pessoal: ou vamos ser incinerados, ou vamos ser aterrados. Ponto! É a verdade da vida e geramos, sempre.

Então, um dos pontos que temos de ter em todos esses processos é saber da responsabilidade de cada um, ser realmente corresponsável, agir, mas levantar dados. Muitos dados são chutados. Muitos dados não são conhecidos. Muitos dados, infelizmente, são achismos técnicos. A partir do momento em que começamos a levantar todos os dados, com todos os entes “inputando”, corrigindo dados incorretos – porque acontece e as pessoas erram –, colocando comprovações reais junto a esses dados, começamos a levantar os dados verdadeiros.

Se você considerar, hoje, a coleta seletiva de São Paulo – e o Sr. Monty não vai me deixar mentir –, sua resultante final está quase 50% inferior ao que era três anos atrás. Falta educação. Existe estrutura, sim, na Cidade, mas os caminhões trafegam com 40% de ociosidade. Quando se fala em coleta seletiva dentro da cidade de São Paulo, não se vai poder reciclar tudo. Ponto! Fato!

Nós temos a maior *commodity* do mundo e é isso o que valida os processos de reciclagem no Brasil. Por causa das maiores *commodities* é que a reciclagem no Brasil é viável. Ela é inviável nos Estados Unidos. Eles mandavam tudo para a China e a China fechou as fronteiras em outubro do ano passado. Começou a sobrar papelão, que aqui tem valor comercial. A partir do momento em que as nossas *commodities* despencarem, vamos ter de fazer uma discussão muito mais ampla sobre reciclagem, porque ela não vai pagar o processo.

Então, quando vamos falar de logística reversa, temos de falar do processo como

um todo – não só do descarte, mas desde a produção, a adequação, a forma de consumo. Sendo assim, um dos grandes pontos que temos de ter é que não vamos conseguir enxergar tudo se não usarmos a correta “numeralha”. O que eu digo com isso? Se você pegar a gravimetria, hoje, da cidade de São Paulo, sobre coleta, tem 51% de resíduos orgânicos. Pessoal, não vamos conseguir fazer compostagem de tudo isso. Compostagem é uma das soluções. Nós temos 14% de resíduos de construção civil e 35% de resíduos passíveis de serem reciclados. É sobre esses 35% que temos de focar.

Então, dentre os três grupos de trabalho dos quais estamos fazendo parte no *World Economic Forum*, nós fomos incluídos no de economia circular, que é repensar o processo, não só de plástico, mas de toda e qualquer embalagem. Uma das qualidades do plástico é ser um dos únicos materiais que consegue carregar 1.500 vezes o próprio peso. Porém, para ter o *shelf life*, o pessoal foi criando inúmeros tipos de multicamadas em plástico. Existem mais de 88 diferentes plásticos multicamadas, variações de multicamadas. Então, um dos estudos do grupo mundial é: vamos diminuir essas variações para que a reciclagem seja possível, porque não é que eles não sejam recicláveis. É impossível de separar. Está tudo junto, lá. Você não consegue separar. Eles não são miscíveis. Então, esse é um dos grupos de trabalho.

O outro é de aceleração de uma produção mais limpa. Ou seja, é aplicar *robotics*, que é utilizar mais tecnologia, utilizar mais *hardware*, utilizar mais rastreo. É produzir mais com menos material e escolher materiais menos agressivos para processos. Ou seja, é trocar de fontes não renováveis por fontes renováveis.

Contudo, tudo isso impacta na nossa vida, porque tudo que estamos discutindo, aqui, do Meio Ambiente, são meios que fazem parte do nosso ambiente. Todos nós aqui trabalhamos. Esse é um meio. Temos nossa religião. É outro meio. A política é um meio. A Cidade é um meio. A nossa família é um meio. Nossos filhos são um meio. São todos meios do ambiente em que vivemos. O trabalho é um deles. Tudo isso pode, sim, impactar posições de trabalho.

Então, outro trabalho que fazemos para o *World Economic Forum* é o *Work Force*. É estudar quais empregos vão deixar de existir ao aplicar toda essa tecnologia e como fazer a migração de trabalho para os novos empregos. A área de Meio Ambiente, a área da sustentabilidade, é um dos maiores potenciais, hoje, no mundo, de geração de novos empregos. Na política brasileira, na gestão de resíduos brasileira, 80% é sobre o custo do Poder Público no Brasil. A partir do momento de ações como a da Amlurb, de regulamentação dos geradores privados, novos empregos serão gerados no setor de gerenciamento privado. Existe um potencial de migração de empregos – não só em tecnologia, coleta e serviços – muito grande, nessa mudança que todos estão chamando de “quarta revolução industrial”. É por isso, então, que nos consideramos um pouco rebeldes, porque fazemos parte dessa revolução. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – Sr. Chicko, muito obrigado pela sua contribuição. Eu sei da contribuição que está dando na Amlurb, com as suas ideias, com o seu conhecimento, com o seu projeto. O Sr. Chicko tem uma história. Ele foi embora do Brasil para estudar isso, financiado – se eu estiver errado, corrija-me – por uma pessoa que acreditou na ideia dele. Ele foi estudar tudo isso. Voltou em 2001. Começou com seis anos de idade – porque agora ele está com 23. Ele tem uma cara de garoto. Ele viveu toda a cadeia. É muito louco isso. Ele viveu toda a cadeia do lixo para poder falar sobre o assunto e criar alternativas sobre o assunto. Isso é muito legal. Ele foi motorista de caminhão de lixo. Então, não dá para discutir com ele e falar: “Não, isso não é assim.” Responderá: “É, porque eu estava lá. Peguei o lixo na mão.” Então, fica difícil.

Agradeço muito, Sr. Chicko.

**O SR. CHICKO SOUSA** – Que é isso!

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – Aliás, já vou dizer que o Sr. Chicko tem um compromisso. Então, talvez ele tenha de sair no meio da nossa reunião. Agradeço muito sua presença.

Gostaria que o Sr. Monty desse uma palavra, agora. É o nosso representante da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana da cidade de São Paulo, a Amlurb.

Vai passar um vídeo? Eu peço para que sentemos lá para ver. É melhor. Vamos?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. MONTY DAHAN** – Boa tarde a todos. Quero dizer, em primeiro lugar, que eu também venho da iniciativa privada. É a minha primeira experiência em termos de Governo e realmente é um exercício de paciência muito grande, quando você tenta avançar e implantar as suas ideias, porque você tem de se adaptar a todo o movimento das leis da Cidade. Então, muitas vezes, não conseguimos ir na velocidade que gostaríamos.

A Amlurb é presidida pelo Dr. Edson Tomaz, que tem sua origem na Cetesb e tem um profundo compromisso com o Meio Ambiente e com todas essas ideias. Como um todo, como Diretoria, temos esse compromisso e o problema que primeiramente nos pegou foi a questão dos aterros. Aterro é uma solução em São Paulo que tem mais cinco ou seis anos e não pode continuar. Vamos chegar a uma hora em que não vamos ter para onde mandar o lixo. Aí, você vai procurar cidades mais distantes e tal. Então, começamos timidamente a procurar soluções para isso. Nós dois dissemos: “Bom, qual é a meta que nós vamos colocar?”

A meta 24, dentre as metas da Prefeitura, tem um objetivo – que foi, justamente, em termos de aterro, reduzir em 500 mil toneladas o total de resíduos enviados a aterros municipais no período de quatro anos, comparando com os quatro anos anteriores. A partir daí, nós começamos a desenvolver isso.

Como é que estamos, hoje, dois anos passados? Nós começamos, dizendo: “Vou mandar 500 mil toneladas a menos.” No primeiro ano houve uma programação. Então, analisamos exatamente o quanto se mandava, respeitando-se a zonalidade e tal. Definimos metas.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. MONTY DAHAN** – Nós tivemos esse resultado em 2017. Nós, até outubro,

tivemos esse resultado em 2018. Falta, para os próximos dois anos e dois meses, exatamente isso. Então, nós consideramos que estamos cumprindo a meta.

Agora como nós vamos cumprir essa meta? O que nos norteia? Tem esse projeto que é basicamente focado em reciclagem, em ampliar a coleta seletiva, e a gente trabalha em três frentes: resíduos domiciliares, logística reversa e orgânicos. Paralelamente a isso, acabamos desenvolvendo um programa bastante importante de resíduos de construção civil, em que começamos disciplinando a questão das caçambas, e tivemos um resultado extraordinário.

Como estamos acostumados a pensar em produção? Tanto por uma vertente liberal, neoliberal, socialista, como quiser, você vai pensar o processo de produção assim: você extrai, você produz, você consome, você descarta. É isso. E aqui, digo: “Vou tentar extrair menos, vou tentar otimizar minha produção, vou fazer um consumo mais responsável, vou procurar descartar certo. Porém, não estou mudando paradigma, vou sempre pensar desse jeito, e vou chegar a um ponto em que tenho limites. Como é que eu altero isso? Justamente, como foi brilhantemente exposto, procuro trabalhar em termos de economia circular.

De alguma maneira, economia circular é algo que demanda alguma mudança de mentalidade, educação, mudança de paradigma e, principalmente, no design. Você tem que pensar o produto em não descartar, em reutilizar, fazer circular. Então, se estou numa economia que está focada nesse processo linear, só vou conseguir minimizar o assunto, e não realmente fazer uma mudança.

Dentro da máquina estatal, é muito difícil fazer economia circular. Mas o que a gente pensou é: vamos procurar preparar essa sociedade, esta cidade, para poder implantar alguma coisa de economia circular em algum momento.

Como chegar nessas 500.000 toneladas, e como preparar esta cidade para, um dia, poder receber um modelo econômico diferente, de produção diferente? A princípio, definimos nove linhas de ação, depois incorporamos mais algumas linhas.

A primeira linha de ação, que tem um valor qualitativo, é o diagnóstico sobre o que acontece nas cadeias de reciclagem na cidade de São Paulo. Não se sabe o que a cidade de São Paulo recicla, o que se sabe é o que vai para a coleta seletiva que consegue pesar. Há algumas informações estatísticas, mas existe uma imensa massa de reciclagem que não conhecemos, que não está mapeada. Então, estamos fazendo um diagnóstico disso para saber realmente o que a Cidade recicla, como recicla.

Na segunda linha de ação, estamos trabalhando os resíduos orgânicos em feira. O que fizemos? Focamos num programa grande de compostagem. Temos 850 feiras semanais na Cidade. Cada feira produz, em média, uma tonelada de frutas, legumes e verdura. São 850 toneladas por semana. Imaginamos 17 pátios de compostagem, e estamos com seis projetados para o ano que vem, mais seis para 2020.

Se somar toda a capacidade operacional, conseguiremos recolher adequadamente essas frutas, legumes e verduras. Não é pegar do chão, contaminado. Existe um trabalho de educação com os feirantes, há um tipo de cuidado com essa recolha, que estamos destinando para pátios de compostagem. Isso tira de circulação 850 toneladas de resíduos orgânicos por semana, dando-lhes uma destinação nobre. Também estamos trabalhando também fortemente com as escolas, com um programa de compostagem em escolas dos resíduos da alimentação.

Estamos trabalhando, junto às cooperativas credenciadas, focando no amadurecimento dessas cooperativas. Mês passado, fizemos um Termo de Colaboração com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico no sentido de trabalhar conjuntamente para desenvolver essas cooperativas, a fim de que elas realmente possam atuar em educação ambiental, em reciclagem. Então, essa é a quarta linha de ação.

Em convênio com o Governo Federal, com o Ministério do Trabalho e Secretaria de Economia Solidária, nós estamos com um programa de preparo de educação, de treinamento, junto a 2.100 catadores, sendo 1.400 informais e 700 já ligados a cooperativas. Isso envolve aperfeiçoar gestão de cooperativa, isso envolve marcenaria básica. Na zona Leste, em José

Bonifácio, nós preparamos uma escola de marcenaria, porque há muito móvel abandonado, muitos volumosos, então para ter os conhecimentos básicos e poder reaproveitar esses móveis.

Nós acabamos de assinar todos os atos, termos, e em José Bonifácio já está com diversas iniciativas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que deverão se iniciar no começo de janeiro.

Nós temos uma coleta seletiva que atende cerca de 70% da cidade de São Paulo. Nós queremos ampliar para 100% e otimizar a coleta, ou seja, eu tenho um caminhão que tem capacidade de recolher 2,5 toneladas e volta com 500 kg de resíduos. A Cidade gasta, investe, trabalha e, efetivamente, o caminhão volta vazio. Então, o que estamos fazendo é para otimizar. E como se otimiza? Com programas de educação ambiental, programas de comunicação, treinamento. Essa é a ideia.

Estamos procurando novos modelos de coleta seletiva; programas de entrega voluntária, que talvez funcionem melhor do que o caminhão ficar andando. Então, estamos trabalhando fortemente nisso.

Até o final da gestão, 100% dos prédios público terão coleta seletiva, porque tudo se começa em casa.

Sobre logística reversa, o Flávio falou, e é uma dificuldade. Durante os dois primeiros anos, ficamos chamando as diversas associações empresariais para resolver o problema de coleta. Por exemplo, chega para o pessoal de lâmpada e propõe resolver o problema de coleta de lâmpada. Eles dizem: “Eu assinei um acordo com o Governo Federal. A minha obrigação, eu já cumpri”. – “E para a cidade de São Paulo, o que você vai dar?”. – “Têm 60 pontos de lâmpada previstos”. Sessenta pontos de lâmpada para a cidade de São Paulo, onde há 12 milhões de habitantes? É isso mesmo.

Então, há toda uma dificuldade de negociação, por mais que pressionemos. Isso foi motivo de conversa com os Vereadores já, pois temos de encontrar formas de isso virar uma

conversa séria.

Agora, redimensionamos essa linha de ação para uma coisa realista. Estamos fazendo diagnósticos para conseguir instrumentalizar, posteriormente, acordos. E entendemos que ainda não temos a força, adesão, que precisamos da opinião pública, do Poder Legislativo, nós precisamos de leis mais efetivas. Talvez condicionar licenças de funcionamento para realmente a empresa cumprir a parte dela. É uma dificuldade enorme. O que a gente está fazendo, está feito, que são cinco diagnósticos setoriais e procurar reunir forças para fazer isso avançar. Essa é talvez a linha mais importante, que é a linha de educação ambiental e comunicação.

Seu eu tiver educação ambiental, eu não preciso fazer mais nada. Se a pessoa estiver consciente não precisa ter mais nada. Então é a linha mais importante. Tem uma grande campanha que não pode ser lançada por causa das eleições até agora, mas que vai deflagrar, têm sites subindo no ar, estamos trabalhando nisso. Realmente é onde a gente quer bater esses dois anos que faltam para a gestão e trabalhar fortemente isso.

Em cima da nossa experiência nesses desses dois anos nós colocamos mais algumas linhas de ação. Linha 10, ela implanta o mercado sustentável. Ela está focada em mercados municipais e sacolões. E aqui é diferente de apenas fazer compostagem. Qual é a ideia com esse desperdício todo de alimento? Primeiro você diminui o consumo, e consome aquilo que realmente interessa, não joga fora 40% do que é produzido de alimento. Mas aqui existe a possibilidade de você destinar esse desperdício, uma parte dele, à questão de alimentação humana e animal.

Diferente daquilo que a gente fazia naquela primeira linha de compostagem, pátios de compostagem, aqui estamos trabalhando assim... Isso envolve treinamento, educação, adesão dos comerciantes. Você recolhe o alimento, aqueles que efetivamente têm condições, são destinados a bancos de alimentos, e aí você vai para a questão de compostagem. É um programa bem mais sofisticado e bem mais elaborado. E é focado nos mercados municipais e



nos sacolões e os números nesses primeiros dois meses têm sido impressionantes. É um programa que será de sucesso e vamos estendê-lo. Por enquanto está apenas naquele Mercado Kinjo, mas estamos estendendo para mais 27 ou 28 mercados.

Estamos mudando a noção de Ecoporto. O Ecoporto até agora era um lugar onde você colocava resíduos de construção civil e restos de móveis volumosos. Vai virar Ecoporto mesmo. Vamos ter, e aí precisamos muita coisa de logística reversa, porque eu quero recolher pilha, bateria, lâmpada, eletrônico, pneu. Logo, vai haver um novo modelo de Ecoporto para a Cidade e estamos implantando mais 60, mais 30, 19, mais 30, 20. Essa é a ideia do Ecoporto.

Estamos elaborando guias norteadores para poder fazer a destinação adequada, tudo mundo consciente, isso é uma linha de ação bem importante. E finalmente, é evolução daquilo que eu tinha dito de resíduo de construção civil. Foi um sucesso, ok. Tínhamos quatro mil pontos iniciados em São Paulo, hoje temos 2.800. Foi um trabalho enorme para destinar para Ecoporto, para dar destinação adequada, ok. E agora? Isso vai para onde? Vai para aterro de inertes. Fica lá o material.

A nossa linha de ação é a seguinte: realmente implantar a Lei de 2007, que diz que a Prefeitura do Município de São Paulo tem de usar nas suas obras onde for, tecnicamente possível, resíduos de construção civil reciclado. Vamos aumentar de 10 para 20 o limite que os aterros terão de reciclar e vamos efetivamente garantir que esses resíduos de construção civil sejam realmente destinados à construção, voltem a circular e tal, e não vão simplesmente para aterro.

É isso. Agradeço e assim, mais uma vez, só para fechar, digo: primeiro é óbvio que educação ambiental e comunicação são a chave do assunto. Se eu tiver isso, não preciso de mais nada. A segunda coisa, realmente, dentro desse modelo econômico que temos, que é a lógica do desperdício e o desperdício leva para o descarte, você estará conseguindo minimizar o problema. Temos de mudar o paradigma da produção, isso é um desafio humano, não é um desafio da cidade de São Paulo, só que São Paulo tem 12 milhões de habitantes, tem um peso

enorme. A gente participa de fóruns mundiais, de grandes cidades, a Cristina vai agora participar de uma reunião do C40, levar nossa contribuição, estamos procurando ser muito ativos nisso. Nós precisamos mudar o paradigma de produção, precisamos mudar o paradigma para poder realmente e na hora em que você produz alguma coisa, já estar pensando no ciclo de vida completo e não apenas no consumo e no lucro imediato.

Então, são essas duas coisas. Obrigado! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – Monty, muito obrigado pela exposição, e é aquilo que eu disse, é um assunto que precisaríamos de meses, e não de poucas horas.

Gostaria de abrir a palavra aos nossos Vereadores e se alguém mais quiser fazer uso da palavra, a hora é agora. Vamos lá.

Com a palavra a nobre Vereadora Soninha.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Bom dia! Que bom o Vereador Reginaldo Tripoli ter feito esta audiência pública incrível, maravilhosa, enriquecedora, inspiradora. A gente quando fala de lixo, resíduo, lei, política pública e política, oscila um pouco entre uma certa depressão e desânimo e o ânimo necessário para a gente continuar discutindo, trabalhando.

Eu estava assistindo pelo celular a apresentação da Silva e o sinal falhou no caminho e eu não vi quem era ela. Eu a peguei já falando. E no começo eu pensei assim: Nossa, acho que ela é tipo do PSTU. É o capitalismo. No fim ela era da Plastivida. Falei: Caramba. Eu ficava reagindo à fala dela, tipo: Nossa é mais radical do que eu. Não é possível. Depois falava: Não! Ela é moderada até demais. E a fala dela tem um pouco a sensação que eu tenho.

O evento da Assembleia Legislativa, que eu estava agora, presidida pelo Deputado Roberto Tripoli, não era com esse nome, mas era sobre a economia circular de água. Sobre como a gente trata a água em uma economia linear absurda. E um conceito que reflete errado na nossa Legislação, no nosso conjunto de leis. A gente tem, para começo de conversa, uma política nacional e também uma política estadual de recursos hídricos, e aí são outras leis, de

saneamento básico. Então tratamos isso completamente separada. A capacitação, a extração, a utilização da água e o que a gente faz com a água depois que usou. É um absurdo. E nem isso a gente faz direito. Porque a gente dá descarga com água captada lá nos contrafortes da Serra em Minas Gerais.

Então, é triste, mas muito alvissareiro, porque as coisas estão acontecendo em grande escala, felizmente. Vimos aqui dois níveis de poder público, Estado, Município, acontecendo como se deve no que é estruturante, no que é de amplo alcance, no que é coercitivo ou no que é incentivo, e está acontecendo na escala comunitária, na escala local, na escala de tecnologias sociais diversas. E a gente está bem em um ponto estratégico para juntar essas duas coisas: a Legislação, a normatização, a regra, o parâmetro, o paradigma legislativo, o orçamento público e permitir que essas outras formas de atuar aconteçam, porque a gente muito faz, quando não atrapalha. A gente nem permite que sejam implantados determinados modelos, determinados processos.

Vou fazer mais três observações mais concretas. A gente não sabe quanto São Paulo recicla. Não lembro qual dos dois falou, se foi o Chicko ou o Monty, porque é isso, a gente pesa o caminhão, mede o que está no sistema, mas o chevetão, cortado no meio, carregando, não quantas vezes mais, o chevetão formiga, carregando muito mais que o peso dele em material reciclado, que passa antes do caminhão da coleta seletiva, remunerado pelo recurso público, isso a gente não mede.

Então por um lado é bom que a gente não recicla tão pouco assim. Não é só o que está no caminhão da coleta oficial, mas por outro lado, a gente sabe como é descartado o que não teve valor econômico para aquela pessoa que está vivendo daquilo.

A gente precisa lidar mais com o que gera, na origem, e por isso, eu penso cada vez mais, de que o erro que a Prefeitura cometeu quando não instalou a separação de vidro na central mecanizada... Meu Deus do céu! Como assim? A central mecanizada não separa vidro. E as pessoas todas que colocam no seu reciclável separado, superconscientes, lavaram...

Pensando que aquele caminhão que leva o material para a central mecanizada está levando para a reciclagem, está mandando vidro para o rejeito. E aí, agora quem sabe, há males, por linhas tortas, essas coisas todas. Quem sabe, então, não seja mesmo o caso, agora, de gastar não sei quantos milhares de euros, para instalar um leitor ótico de vidro lá, porque o vidro não tem nem que chegar lá, todo misturado com todo o resto e aí uma máquina separa. A gente tem de separar bem antes. E, que bom, não estamos inventando nada. Já existe, já foi inventado. Que as pessoas destinem... Aliás, quando a gente era pequeno, levava o casco para trocar ou passava o garrafeiro, não é? Então, não vamos usar esse recurso para separar o vidro que chega lá todo misturado com o resto na Central Mecanizada. Vamos usar esse recurso para implantar sistemas mais inteligentes.

E, por último...

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – Vereadora Soninha Francine, fora isso, tivemos uma visita à Ecourbis. A Central Mecanizada está ociosa em 50%. Você chega ao lugar e fala: “Nossa, que maravilha é isso! Por que aquela esteira não está funcionando? Por que não está funcionando isto, aqui?” Responde-se: “Porque não há lixo para separar.” Então, estamos desorganizados, muito desorganizados, nessa situação.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – E o vidro caindo no rejeito é deprimente. É de perder o sono. Então, vamos, é claro, à origem do consumo, à origem do ponto de venda, fazer mais essa separação consciente, inteligente. Existe uma maturidade para isso.

Não precisa só haver uma lei obrigando – até porque haver lei obrigando nunca resolveu nada. Se a pessoa só faz alguma coisa porque há lei obrigando, basta ela estar certa de que não há ninguém olhando que ela deixa de fazer.

Nós somos origem, não é? Se vai ser separado na origem, nós somos origem. É a Câmara Municipal de São Paulo. E como é difícil mudarmos a nossa Casa! Olhem que hoje existe um número maior de vereadores que perdem o sono com essas questões, mas ainda estamos muito longe.

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – É legal dizer que estamos iniciando um trabalho. Esta Comissão, junto a todos os Vereadores da Comissão, iniciou um trabalho à Presidência, para que façamos um estudo interno do lixo, que é enorme.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Ele é separado. Ele é destinado para uma cooperativa, mas...

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – São mais de dois mil e tantos funcionários. Então, vamos tentar começar a nos organizar para ter um exemplo interno.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Eu descobri, Vereador, que há um Ato da Mesa de muitos anos atrás, obrigando que, quando a Câmara adquirir lâmpadas, o fornecedor tem de garantir a logística reversa. Não está rolando. Aliás, foi um problema na substituição das atuais lâmpadas fluorescentes pelas de LED. A Câmara está providenciando isso, mas a Administração Geral teve de se deparar com a questão: “Bom, e aí? Juntamos todas, enquanto não se resolve o que se faz com elas? Vamos trocando umas pelas outras, de pouquinho?”

Então, temos de começar em casa. A casa é a Administração Pública, que é um monstro, no que compramos e no que descartamos. Eu fiz a lei, em 2005, obrigando a Prefeitura a que, pelo menos, parte da sua compra de papel seja de papel reciclado – e ainda não fazemos isso, nem aqui na Câmara. Imprimimos em papel branco – e de um lado só. Eu quero morrer, mas é isso. Vamos aqui, começando de casa, de cada gabinete da Câmara Municipal de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – Somos o “chevetinho” que ela falou. Eu sou a Kombi e ela é o Chevette.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Movido a pedal! Que bom! Entretanto, está sinérgico. Está acontecendo tanta coisa ao mesmo tempo, que mal damos conta de estar em todos os eventos. Volta e meia – é um problema – encontramos as mesmas pessoas. É um problema porque precisamos ampliar a conversação, mas estamos em plena fase de transformação. Contem conosco.

Agora, contamos muito com vocês, também, porque há muita coisa que não acontece na Prefeitura se não houver a pressão, aqui, do Legislativo, por milhões de razões, e as coisas não acontecem na Câmara Municipal se não houver a pressão da sociedade, também. Assim, um Vereador, dois Vereadores, a Comissão de Meio Ambiente? Legal! Ajuda, mas, se não houver uma demanda social, não conseguimos, também, influenciar decisivamente o conjunto da Casa.

Parabéns, Vereador. Muito obrigada, viu?

**O SR. FABIO RIVA** – Pessoal, bom dia.

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – Antes de o Vereador Fabio Riva falar, vamos relaxar um pouco, pois está quase no final. Eu estou ao lado de dois palmeirenses. Isso é uma honra para mim.

**O SR. FABIO RIVA** – Já é o início, porque é o verde. Pessoal, bom dia.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. FABIO RIVA** – É verdade. Este ano é campeão brasileiro, na próxima rodada.

Na verdade, quero, primeiramente, agradecer a presença de vocês e agradecer ao meu amigo, o Vereador Reginaldo Tripoli, por me incentivar a ser mais um adepto, principalmente, dessas questões ambientais.

Cobrou, inclusive, a minha presença, hoje. Eu estava na Lapa num evento com a SP Obras, que também vem num problema muito sério que é a questão dos abrigos dos pontos de ônibus, o conforto a segurança para quem utiliza o transporte público, principalmente na região periférica, onde faço um trabalho.

Sou do movimento de moradia, faço trabalho na região Noroeste, Lapa, Pirituba, Jaraguá, Taipas, Perus. A gente não vê isso lá, não se vê ninguém falar em economia circular, muito menos em reciclagem. Até mostrei agora a Kombi, na verdade, para o Fabio, que é um reflexo daquilo que acontece na periferia.

Quero agradecer ao Reginaldo Tripoli por me incentivar a participar de forma ativa, sabendo que a minha bandeira é a casa, mas junto com a casa vem todos os problemas, principalmente, na região mais periférica o problema do lixo opera de uma forma muito grande, pela falta de conhecimento e falta de atuação do Poder Público.

O Poder Público, Monty, eu falei isso para o Edicinho aqui, já parablenizo por todas as iniciativas, mas falta muita coisa para a gente fazer. Muita coisa.

Elenquei três pontos que acho importantes, que todo mundo já falou, que é a educação ambiental, educação da população. Não é nem a questão ambiental, vai ser uma consequência de você educar e reeducar, principalmente, as crianças. Por isso, a importância desse projeto que vai ser implantado nas escolas.

O segundo ponto é chegar na ponta, ou seja, as políticas públicas muito nessa questão ambiental - falo isso com muita tristeza - ela passa a ser uma política de elite, das pessoas que têm um pouco mais de conhecimento, uma classe social um pouco mais favorecida e as pessoas menos favorecidas, aquelas que estão na ponta, jogadas à mercê da falta de saúde, educação e mais um monte de coisas, vivem e sobrevivem em cima de lixo, de córregos que estão sendo poluídos por eles mesmos, ou seja, a política pública não chega lá.

Se a gente tem um ponto inicial, ele está nas franjas da Cidade. Esse é o caminho para a gente chegar no centro. Esse é o caminho para chegar numa política pública de conscientização e de atuação direta do Poder Público para que a gente possa reduzir e atender esses 12-13 itens que você falou.

A educação chegar na ponta, são fios condutores para a gente buscar uma coisa que acredito que seja o que o Fabio falou - o que me chamou a atenção desde o início - que são os incentivos. Flávio? Desculpe. Eu ia chamá-lo de xará, obrigado pela correção.

A população mais simples precisa ser incentivada e provocada. Muitas vezes a provocação tem de passar pelo bolso, por um incentivo, por um benefício. A gente precisa buscar uma alternativa disso. Não sei qual é a alternativa. Aqui há muita gente que atua no

mercado, os ativistas, enfim, a gente precisa pensar como que a gente sensibiliza essa pessoa da periferia a fazer a sua reciclagem, a separação do seu lixo, a destinação final.

Qual é o incentivo que essa pessoa vai ter? Não sei. Eu acho que a letra fria da lei não vai resolver. Os movimentos, como o Xexéu Tripoli sempre quis fazer na questão do canudo, o movimento do último canudo, enfim, acho que teve uma adesão importante. Dentro da minha própria casa já tomei essa atitude.

A namorada do meu filho o cobra muito sobre isso. A minha mulher, que era adepta ao canudo, já está tendo de tomar no copo. Meio a contragosto, mas está seguindo uma sugestão, uma orientação, uma sensibilização do marido, da namorada do filho, agora do filho também. Como você falou é a lição de casa, a gente tem que começar a fazer dentro de casa. São pequenos gestos.

Mas sempre me preocupa muito a parte mais periférica, onde não chega a coleta seletiva, onde não tem educação ambiental, onde a gente precisa buscar algumas alternativas de qualquer incentivo que seja. Pensar alguma coisa como uma gincana dentro das escolas, uma premiação, alguma coisa nesse sentido.

Lembro da minha época de criança, só para finalizar, a gente tinha de vender rifa, aquela rifinha como se fosse de R\$ 0,50, hoje, para ajudar na escola, fazer aquelas ações de conseguir coletar agasalhos. Quem coletava mais ganhava uma medalhinha de honra ao mérito, a minha mãe guarda a minha com muito orgulho. Mas era um incentivo, porque você ia atrás dos vizinhos, pedia para doar alguma coisa, porque sabia que ganharia uma medalhinha desse tamanhinho de honra ao mérito, da escola. Isso era um incentivo para mim.

Acho que a gente precisa quebrar alguns paradigmas, voltar a pisar no barro, literalmente colocar a mão no lixo, e não ficar somente vendo algumas teorias. Mas se a gente não colocar a mão no lixo e o pé no barro essa realidade não vai mudar.

Muito obrigado por vocês me ensinarem mais algumas coisas. Isso vai enriquecendo, todo dia, o nosso trabalho, com certeza a gente vai melhorando para ser um



representante bom para uma sociedade que precisa melhorar e muito.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Tripoli)** – Nós estamos com o tempo estourado.

Eu queria dizer para todos que esta comissão e meu gabinete, eu posso falar em nome dos nossos gabinetes, estão abertos para receber contribuição.

Esse assunto não vai terminar aqui. Nós não vamos fazer uma audiência pública para passar na televisão e amanhã a gente esquecer. A nossa intenção é que todos os setores contribuam para que a gente formalize leis ou incentive práticas de educação ambiental em todas essas áreas para que se tenha, rapidamente, resultado, ideias, iniciativas como a do Chико que esteve aqui agora. Ele criou sucintamente uma plataforma que segue o lixo. Quando que eu ia pensar - já que não sou da área digital - que alguém ia criar uma coisa assim.

Então tem solução. A gente precisa se unir para discutir. É obvio que uns vão gostar outros não, mas a gente tem que se unir no sentido de fazer um trabalho efetivo.

Enquanto o Fabio falava eu disse rapidamente aqui com a Soninha uma coisa assim: o ser humano tem muito daquela coisa: “precisamos fazer, nós temos de fazer, nós vamos fazer, precisamos pensar em alguma coisa, precisamos, precisamos”. Mas eu não faço nada. O que eu fiz?

No meu mandato de quatro anos a minha missão é, quando acabar, poder olhar para traz e falar: pô, eu consegui 10% do que eu queria fazer, mas eu consegui fazer. Consegui implantar, ajudar e melhorar.

Essa é a função de todo cidadão hoje na cidade de São Paulo e no País que todos possam olhar para dentro, olhar para dentro de casa. Mudança de hábito é chato, é ruim.

A gente tem mil exemplos. Como o cigarro, há um tempo você ia num restaurante e a pessoa fumava ao seu lado. O cinco de segurança sempre foi polêmico. Tudo isso foi polêmico. Em algum momento a gente acaba sendo polêmico para trazer o assunto na pauta.

Agradeço a presença de todos. Vamos continuar, não vamos parar por aqui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

Obrigado a todos. (Palmas)

